



CESE Info

Comité Económico e Social Europeu

Uma ponte entre a Europa e a sociedade civil organizada
Outubro de 2016 | PT



EDITORIAL

Mais união na nossa Europa

Caros leitores,

Congratulo-me com o facto de o Presidente da Comissão, Jean-Claude Juncker, nosso convidado na reunião plenária de setembro, ter apelado nessa ocasião a mais união na nossa Europa. Salientou os efeitos nefastos da desunião, recordando acertadamente alguns sucessos que devemos à União.

Acontece com demasiada frequência os dirigentes nacionais assumirem estes sucessos, utilizando-os para aproveitamento próprio, culpando «a Europa» pelos insucessos. É esta lógica de desunião que, dia após dia, está a desmantelar o paciente trabalho realizado até aos últimos anos. Contudo, o egoísmo, o nacionalismo e o isolacionismo já custaram muito caro ao nosso continente.

Somos nós, europeus empenhados a todos os níveis, que devemos mostrar que a Europa pode progredir e ter ambições. É com esta convicção que os membros do Comité promoveram, a pedido da Comissão, uma ampla consulta da sociedade civil europeia sobre o projeto de « pilar de direitos sociais » da União Europeia. É possível construir esta Europa social a partir da diversidade dos seus sistemas de proteção nacionais, mas deve visar a « harmonização no progresso ». Por outras palavras, a situação não pode degradar-se em parte alguma, para ninguém, devendo sim melhorar em toda a parte, para todos. É isto que queriam os fundadores da nossa comunidade, é este o espírito dos nossos Tratados e o nosso roteiro.

O progresso implica igualmente ter a coragem de evitar excessos. Congratulo-me, pois, com a adoção, pela Assembleia Plenária do nosso Comité, de um parecer que condena o planeamento fiscal agressivo por parte das empresas multinacionais. As práticas referidas estão a reduzir as receitas fiscais dos nossos países em somas consideráveis, provocando legitimamente a incompreensão e a indignação dos nossos cidadãos face ao que consideram acertadamente como uma forma de gestão opaca do comércio mundial. Há que mudar este sistema para que seja a sociedade, no seu conjunto, a recolher os frutos das atividades económicas e não só uma ínfima minoria de pessoas. É bem provável que o sentimento de frustração muito compreensível da população conduza ao isolacionismo e ao protecionismo, quando o que se deve procurar é, pelo contrário, a continuação do processo de integração europeia para os cidadãos e com os cidadãos.

Georges Dassis
Presidente do CESE

AGENDA

24 e 25 de novembro de 2016, Viena

Seminário dos meios de comunicação da sociedade civil de 2016

14 e 15 de dezembro de 2016, Bruxelas

Reunião plenária do CESE

15 de dezembro de 2016, Bruxelas

Cerimónia de entrega do Prémio para a Sociedade Civil

NESTA EDIÇÃO

2 Presidente Jean-Claude Juncker na plenária do CESE

3 Candidaturas ao Prémio CESE para a Sociedade Civil batem recorde!

3 Comunicar sobre a migração — 10.º seminário dos meios de comunicação da sociedade civil, em Viena

CESE defende um limiar de divulgação do imposto das multinacionais inferior a 750 milhões de euros

Na plenária de setembro, o CESE adotou um parecer sobre o planeamento fiscal agressivo das empresas multinacionais, que, segundo as estimativas, representa uma erosão das receitas fiscais da UE que pode ir até **70 mil milhões de euros por ano**. A proposta da Comissão Europeia relativa à transparência do imposto sobre o rendimento exige que as multinacionais com um volume de negócios anual superior a 750 milhões de euros divulguem publicamente o imposto que pagam sobre o rendimento e outras informações fiscais pertinentes, de país a país.

Embora subscrevendo as novas medidas, o CESE instou a Comissão a **baixar gradualmente o limiar do volume de negócios de 750 milhões de euros**: «Na sequência da grande indignação da opinião pública nos últimos anos relativamente à engenharia fiscal das empresas multinacionais na UE, esta tem o dever de atender a essas preocupações, e a aplicação desta medida a apenas 15% das multinacionais tornaria a UE completamente alheia às preocupações de quase todos os cidadãos europeus», afirmou **Victor Alistar**, relator do parecer (Grupo dos Interesses Diversos, RO).

Além disso, o CESE solicitou a **publicação da situação financeira separadamente, não só para cada Estado-Membro, mas também para cada país terceiro**



Relator do parecer sobre transparência fiscal Victor Alistar (Grupo dos Interesses Diversos, RO) e correlator Petru Sorin Dandea (Grupo dos Trabalhadores, RO) no debate em plenária

onde operem grandes multinacionais e apelou para que estas apresentem uma **lista das operações realizadas em países terceiros considerados paraísos fiscais**, juntamente com dados sobre os ativos e as vendas.

As propostas da Comissão foram apresentadas no rescaldo dos escândalos dos Documentos do Panamá e «Luxleaks». As relações fiscais da Apple na Irlanda, da Starbucks nos Países Baixos e da Amazon e Fiat no Luxemburgo também trouxeram esta questão para primeiro plano.

As informações adicionais que o CESE gostaria de ver publicadas fazem parte das normas da OCDE sobre a erosão da base

tributável e transferência de lucros (BEPS), já adotadas pela UE e pela maioria dos Estados-Membros. Trata-se de um intercâmbio automático de informações do âmbito fiscal entre as autoridades fiscais dos Estados-Membros, mas não acessíveis ao público em geral.

O CESE recomenda igualmente que **os dados se tornem mais facilmente acessíveis** através da publicação de um registo central em cada Estado-Membro, num **sistema aberto, num formato normalizado em toda a UE e numa língua internacional** principal para além da língua local, permitindo assim um verdadeiro acesso aos dados em todo o mercado único. (dm)

Planeamento nuclear: CESE insta a UE a adotar uma estratégia mais abrangente

De acordo com o parecer do CESE, adotado em 22 de setembro de 2016, a competitividade, a economia, a segurança do aprovisionamento, as alterações climáticas e a aceitação pública são alguns dos aspetos fundamentais para o futuro da energia nuclear.

«A proposta da Comissão Europeia não oferece uma abordagem clara e abrangente do futuro da energia nuclear na Europa», lamenta o relator Brian Curtis (Grupo dos Trabalhadores, Reino Unido). «A recente controvérsia em torno da central nuclear de Hinkley Point vem confirmá-lo: após a catástrofe de Fukushima, os nossos cidadãos exigem, legitimamente, um planeamento a longo prazo para a energia nuclear.» Com o parecer hoje adotado, o CESE pretende reequilibrar as perspetivas sobre o cabaz energético europeu que, em última análise, contribuirá para o cumprimento dos compromissos assumidos no âmbito da União da Energia.»



© Shutterstock

Em conformidade com o artigo 40.º do Tratado Euratom, o CESE é o único interlocutor da Comissão na elaboração de programas indicativos nucleares para a UE. Neste parecer, o CESE solicita uma revisão aprofundada das propostas da Comissão, nomeadamente a fim de incluir secções sobre a competitividade da energia nuclear, o seu contributo para a segurança do aprovisionamento, as alterações climáticas e os objetivos em matéria de emissões de carbono, a aceitação pública, a responsabilidade por danos nucleares, a transparência e a necessidade de um diálogo nacional eficaz.

No que toca à aceitação pública, o parecer observa que «a grande variação em toda a UE relativamente à atitude do público face à energia nuclear é uma realidade mal compreendida que tem efeitos significativos sobre a aceitabilidade política». O CESE solicita, portanto, que se disponibilizem mais informações não só sobre preparação para situações de emergência, mas também sobre a forma como a energia nuclear contribui para um cabaz energético equilibrado e respeitador do ambiente.

As recomendações do parecer foram apresentadas por **Pierre Jean Coulon** (Grupo dos Trabalhadores, FR), presidente da Secção Especializada de Transportes, Energia, Infraestruturas e Sociedade da Informação do CESE, aos responsáveis políticos e às principais partes interessadas no Fórum Europeu da Energia Nuclear (FEEN), em 3 e 4 de outubro, em Bratislava. (cad)



Presidente Jean-Claude Juncker na plenária do CESE: «Não há união suficiente nesta Europa»

O presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, foi recebido calorosamente na reunião plenária do CESE por Georges Dassis, presidente do CESE, que lhe assegurou o forte apoio do Comité e salientou a necessidade de a União Europeia estar mais próxima e ao serviço dos cidadãos e trabalhar para uma maior solidariedade na Europa.

Por ocasião desta sua segunda participação numa reunião plenária do CESE, Jean-Claude Juncker debateu com os membros do Comité o estado da União Europeia. «A Europa não está numa boa situação. No entanto, muitas vezes centramo-nos apenas nas más notícias. De facto, o desemprego é demasiado elevado na Europa, mas a União Europeia criou 8 milhões de empregos desde 2010», assinalou. No que diz respeito à crise da migração, exortou os Estados-Membros a assumirem a sua parte de responsabilidade, atualmente suportada pela Itália, Grécia e Malta.

Luca Jahier, presidente do Grupo dos Interesses Diversos do CESE, agradeceu ao presidente da Comissão a sua determinação e congratulou-se com a sua visão

para o futuro, exposta no discurso sobre o estado da União proferido no Parlamento Europeu. «Na próxima Cimeira Europeia, gostaríamos de assistir a uma cooperação entre os Estados-Membros, em vez de divisões. Ontem celebrou-se o Dia Internacional da Paz, que nos recorda que a Europa trabalhou arduamente para conquistar a paz. Mas agora, se não ajudarmos de forma coletiva as pessoas que fogem da guerra, a Europa perderá a sua alma. É de lamentar que os Estados-Membros não assumam a sua responsabilidade».

Jacek Krawczyk, presidente do Grupo dos Empregadores do CESE, observou que «as empresas fazem parte da solução e querem ser parte da solução» para a crise económica na Europa. «Está na altura de reconstruir o empreendedorismo na Europa, uma vez que cabe às empresas, e não ao governo, criar emprego. A Europa tem de se tornar menos avessa ao risco, mais inovadora e mais empreendedora. Precisamos de liberdade de ação para as empresas». Jacek Krawczyk terminou a sua intervenção sublinhando que a capacidade de adaptação é da maior importância para o setor empresarial e frisou «a necessidade de as políticas europeias

se centrem nas questões realmente importantes para os cidadãos, a fim de criar um sentimento de pertença à UE. Esta é a nossa responsabilidade coletiva».

Gabriele Bischoff, presidente do Grupo dos Trabalhadores do CESE, concordou com a análise de Jean-Claude Juncker sobre a «crise existencial da Europa e a sua falta de solidariedade, de unidade, e de um sentimento de objetivos comuns». Sublinhou a importância de se chegar a um consenso na sociedade civil e apelou para uma ação conjunta, dado que «as palavras não bastam». Relativamente ao pilar dos direitos sociais, Gabriele Bischoff afirmou que, embora o projeto ainda esteja rodeado de incertezas, «trata-se de uma boa iniciativa para recuperar a confiança, a confiança dos cidadãos. Mas temos de sair da bolha de Bruxelas, e é por este motivo que o CESE lançou uma série de debates em todos os Estados-Membros. Este é o tipo de projeto positivo que nos permitirá recuperar o apoio dos trabalhadores e dos cidadãos, e devemos ter a capacidade de influenciar o futuro do trabalho». (cad)



© Shutterstock

Negociações sobre a PTCl – quais são as questões fundamentais para a sociedade civil?

Os benefícios da PTCl devem ser claros para as PME, os consumidores e os cidadãos, segundo um novo parecer do CESE sobre a «Posição do CESE sobre questões-chave específicas das negociações relativas à Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (PTCl)», adotado pelo CESE na plenária de setembro. Com as negociações sobre a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento numa fase crítica, o parecer elaborado por Philippe de Buck (Grupo dos Empregadores, BE) e Tanja Buzek (Grupo dos Trabalhadores, DE) examina algumas das questões fundamentais e as principais repercussões para a sociedade civil europeia. Analisa de que forma os anseios do CESE foram tidos em conta até à data em documentos de posição da UE e nas propostas avançadas e formula recomendações no sentido de maior clarificação, garantias e medidas de precaução.

É prestada especial atenção aos capítulos da UE relativos à cooperação regulamentar, às alfândegas e à facilitação do comércio, ao comércio e desenvolvimento sustentável, aos obstáculos técnicos ao comércio e às questões sanitárias e fitossanitárias. O parecer do CESE destaca a importância de assegurar que a cooperação regulamentar (que influenciará cerca de 76% do impacto da PTCl na sustentabilidade) melhore as normas sociais, laborais e ambientais, em vez de as piorar.

Além disso, o CESE recomenda o reforço dos mecanismos de acompanhamento e de controlo do cumprimento, para garantir o respeito das normas de sustentabilidade. O Comité também recomenda que o capítulo relativo às boas práticas regulamentares não limite o direito das partes de regulamentarem ou introduzirem procedimentos equivalentes ao aviso público e apresentação de observações dos EUA e reclama a clarificação das disposições relativas à participação das partes interessadas representativas. O Comité exorta a Comissão a debater com os EUA a possibilidade de tornar textos posteriores acessíveis ao público, ou pelo menos ao grupo consultivo da UE. O parecer recomenda que «seja aprofundado o trabalho no domínio dos requisitos de marcação e rotulagem» e «mais garantias de que a legislação da UE em matéria alimentar não será alterada».

O CESE tem um importante papel institucional a desempenhar nas negociações sobre a PTCl. O objetivo do parecer é desenvolver uma abordagem cooperativa à política comercial entre a Comissão Europeia e a sociedade civil. (mm)



Presidente Jean-Claude Juncker e Presidente do CESE Georges Dassis na reunião plenária do CESE

CESE põe em evidência o papel fundamental dos cuidadores profissionais residentes

Na reunião plenária de setembro, o CESE adotou um parecer no qual insta os responsáveis políticos a reconhecerem plenamente o importante contributo dos profissionais que prestam cuidados de longa duração em casa de pessoas que deles necessitem, e a regularizarem as suas condições de trabalho. Adam Rogalewski (Grupo dos Trabalhadores, PL), relator do parecer, salientou que «há demasiado tempo os cuidadores profissionais residentes permanecem invisíveis para os responsáveis políticos».

Numa primeira fase, o CESE pretende lançar o debate sobre uma definição comum de prestação de cuidados «em regime interno», que deverá reconhecer este tipo de atividade como uma forma de prestação de cuidados ao domicílio e abranger os regimes laborais aplicáveis aos profissionais que residem em habitações particulares. O CESE considera que os cuidadores profissionais residentes devem gozar dos mesmos direitos que outros prestadores de cuidados, nomeadamente no que se refere à remuneração, proteção da segurança e da saúde, segurança social e liberdade de associação.



Importa regular de forma proativa este setor, no sentido de assegurar a proteção de todas as partes envolvidas, implementar o princípio «a trabalho igual salário igual» e combater o *dumping* social e a exploração. A ratificação e a aplicação, pelos Estados-Membros, da Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) n.º 189 são cruciais. Além disso, a questão dos direitos dos cuidadores profissionais residentes deve ser incluída nas futuras revisões ou propostas legislativas da UE e dos Estados-Membros. Para além do reconhecimento das competências e das qualificações é indispensável assegurar que o investimento público é adequado.

O CESE propõe-se fazer participar todas as partes interessadas na elaboração das políticas. Uma das principais realizações deste parecer é ter conseguido reunir todos aqueles que se empenham na promoção de um setor de prestação de cuidados de longa duração sustentável e equitativo, bem como na defesa dos direitos laborais e dos migrantes. A fim de dar seguimento ao parecer, o CESE organizará uma **conferência sobre o futuro dos prestadores de cuidados em regime interno na Europa**, no segundo semestre de 2017. (cad)

NOVA PUBLICAÇÃO

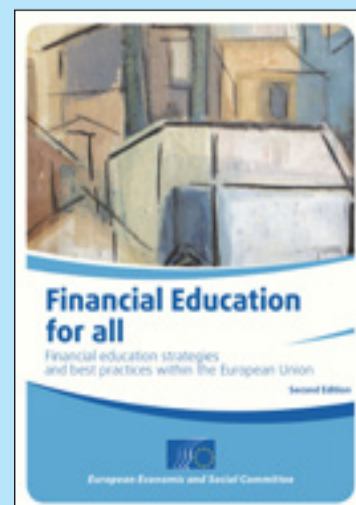
Educação financeira para todos

Estratégias e boas práticas de educação financeira na União Europeia

O Comité Económico e Social Europeu (CESE) publicou a segunda edição da sua brochura «Educação financeira para todos». A nova versão foi apresentada em 6 de outubro, num evento de lançamento na representação da Comissão Europeia em Madrid.

O êxito da primeira edição, que foi produzida em 2013 e se tornou o segundo documento do CESE mais descarregado, incentivou o autor e promotor do projeto, Carlos Trias Pintó (GRUPO III, ES), a proceder a esta atualização, associando novos intervenientes no domínio da educação financeira. O manual de boas práticas e estratégias de educação financeira pretende, conforme Joost van Iersel (Grupo dos Empregadores, NL), presidente da Secção Especializada da União Económica e Monetária e Coesão Económica e Social escreve no prefácio, «transmitir conhecimentos aos cidadãos europeus e dotá-los de competências que lhes permitam tomar boas decisões no que toca à gestão das suas finanças pessoais.»

A brochura pode ser descarregada em <http://www.eesc.europa.eu/?i=portal.en.events-and-activities-financial-education>. (mr)



Iniciativa Europeia para a Nuvem – Partilhar inovação para estimular o crescimento

© Shutterstock



A Iniciativa Europeia para a Nuvem lançada pela Comissão tem por objetivo criar uma infraestrutura de dados de craveira mundial orientada para a comunidade científica, a ser utilizada por investigadores e cientistas e, posteriormente, pelos serviços públicos, bem como pela indústria e PME inovadoras, permitindo transferir, partilhar e reutilizar dados a fim de aumentar a competitividade da Europa. A proposta faz parte de um primeiro pacote de política industrial no âmbito da Estratégia para o Mercado Único Digital, com um plano financeiro de 50 mil milhões de euros, a executar entre 2016 e 2020, que se espera venha a criar e reforçar as ligações entre as iniciativas nacionais para a digitalização da indústria, e a promover o investimento através de redes e parcerias estratégicas.

Em 21 de setembro de 2016, o CESE adotou um parecer sobre esta proposta que vai ainda mais longe, solicitando à Comissão a **abertura da nuvem de computação a todos os cidadãos e empresas**. O CESE recomenda que o *hardware* e o *software* necessários sejam adquiridos na Europa e insta a Comissão a lançar um importante programa, juntamente com os Estados-Membros, destinado a criar novos postos de trabalho altamente qualificados e a promover o «regresso» à UE de jovens cientistas europeus que trabalham noutros países. Além disso, o Comité assinala a necessidade de assegurar a educação e a formação tecnológica em todos os grupos etários da população europeia. Outro aspeto é dar atenção especial às mulheres, permitindo-lhes assumir cargos de responsabilidade e decisão. Propõe igualmente o lançamento de uma ampla consulta sobre a questão decisiva da governação, bem como a criação de um «Portal Digital Único Europeu» que ofereça às empresas e aos cidadãos um quadro legislativo claro e seguro num setor estratégico em rápida evolução.

Desde 2011, o CESE formulou uma série de recomendações à Comissão «para encorajar a Europa a ocupar um lugar de destaque neste domínio auspicioso, com a ajuda de empresas líderes no seu setor». **Antonio Longo** (Grupo dos Interesses Diversos, IT), relator do parecer do CESE, afirmou que «a iniciativa de computação em nuvem constitui apenas o primeiro passo na direção certa». (mr)

Candidaturas ao Prémio CESE para a Sociedade Civil batem recorde!

As candidaturas ao Prémio CESE para a Sociedade Civil bateram um novo recorde este ano, com **283 projetos** apresentados dentro do prazo (9 de setembro). O maior número de candidatos vem de Itália, seguido da Alemanha e da Áustria. O número de candidaturas ao prémio tem vindo a aumentar constantemente desde os seus humildes inícios em 2006, ano em que apenas 15 projetos se candidataram a prémios num valor total de 20 000 euros. Este ano, **50 000 euros** serão atribuídos a um máximo de 5 vencedores.

O tema do Prémio CESE para a Sociedade Civil de 2016 é a **migração**, que ao longo dos últimos dois anos tem preenchido as páginas dos jornais, recebido cobertura



É tempo de concretizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, defende o CESE

«O tempo está a esgotar-se para um mundo sustentável». Eis a chamada de atenção do CESE à Comissão e aos Estados-Membros da UE para que comecem, por fim, a executar a Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. Esta agenda deve orientar a transição da economia europeia para a sustentabilidade, a resiliência, a competitividade e também para uma maior justiça social. No seu parecer sobre o tema «Desenvolvimento Sustentável: Levantamento das políticas internas e externas da UE», elaborado a pedido da Comissão Europeia e adotado em 21 de setembro, o CESE apresenta uma série de propostas em domínios de intervenção essenciais com vista a iniciar este processo de transição. É, pois, necessário:

- uma transição equitativa para uma economia hipocarbónica, circular e colaborativa;



- uma transição para uma sociedade e uma economia socialmente inclusivas, que garantam trabalho digno e respeitem os direitos humanos;
- uma transição para padrões de produção e consumo de alimentos sustentáveis;
- investir na inovação e na modernização de infraestruturas a longo prazo e incentivar o desenvolvimento de empresas sustentáveis;
- colocar o comércio ao serviço do desenvolvimento sustentável a nível mundial.

O CESE insta a UE a dar o exemplo e a colocar-se na vanguarda deste difícil processo a nível mundial, integrando a sustentabilidade e a inclusão social em todas as políticas da UE.

A Agenda 2030 das Nações Unidas deve converter-se numa narrativa nova e convincente em prol de uma Europa sustentável em 2030. O processo de transição deve ser guiado por uma vontade política forte, coordenado por uma estratégia abrangente da UE para o desenvolvimento sustentável a longo prazo e acompanhado de uma vasta campanha de informação que garanta a adesão dos europeus a este processo. «Precisamos que a sociedade civil e os cidadãos sejam parceiros neste processo, uma vez que são as pessoas quem, em última análise, adota esta transição», afirmou Ioannis Vardakastanis (Grupo dos Interesses Diversos, EL) e Jarmila Dubravská (Grupo dos Empregadores, SK), relatores do parecer.

A Comissão propôs a criação de um fórum da sociedade civil europeia para o desenvolvimento sustentável no intuito de conferir à sociedade civil um papel importante na concretização e acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O CESE entende que a UE deve privilegiar uma abordagem multisetorial da consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ou seja, associando todos os intervenientes e organizações da sociedade civil, com base nos princípios da participação, da responsabilização e da parceria. Em 5 de outubro realizar-se-á em Bruxelas uma conferência sobre este tema. (sma)

10.º Seminário dos meios de comunicação da sociedade civil - Comunicar sobre o tema da migração

Em menos de dois meses, o Comité Económico e Social Europeu realizará o 10.º seminário dos meios de comunicação da sociedade civil, que terá lugar na Academia Diplomática de Viena, em 24 e 25 de novembro.

«Comunicar sobre a migração» é o tema ambicioso que será debatido por quatro painéis distintos de jornalistas, peritos em migração e representantes da sociedade civil e das instituições internacionais. Participarão ainda no evento outras importantes organizações ativas no domínio da migração, como a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA), a Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE), as Nações Unidas e os parceiros sociais austríacos. O objetivo do seminário é debater e analisar o modo como as ferramentas de comunicação e os meios de comunicação social contribuem para narrar a história da migração para a Europa e através desta, bem como aprender sobre boas práticas em matéria de comunicação eficaz sobre esta questão problemática.

Em particular, o seminário, destinado a jornalistas, assessores de imprensa e responsáveis pela comunicação das organizações da sociedade civil que representam os empregadores, os trabalhadores e outras organizações sociais, económicas e culturais, analisará a migração e a integração dos refugiados e dos requerentes de asilo sob o prisma da comunicação, bem como o papel dos responsáveis políticos na comunicação da «crise da migração». (sma)

Se tenciona participar, queira contactar pressofficers@eesc.europa.eu



radiofónica e televisiva, estimulado o debate político e dominado as conversas, polarizando famílias, comunidades, países e a Europa no seu todo.

Contudo, a migração também mostrou do que é capaz a sociedade civil europeia: uma vaga maciça e espontânea de solidariedade mobilizou organizações da sociedade civil e indivíduos, que deram o seu apoio inestimável quando mais era necessário, na fase mais intensa do atual fluxo migratório, e continuam ainda a prestar a sua assistência vital. O CESE está convicto de que este importante contributo deve ser reconhecido e deseja recompensar os projetos que prestaram aos migrantes e aos refugiados apoio prático, social ou psicológico, lhes deram abrigo, os ajudaram a integrar-se na sociedade de acolhimento ou contribuíram para a compreensão mútua e a luta contra a xenofobia e o racismo.

O grande número de projetos apresentados reflete o forte empenho do público europeu em ajudar os necessitados. Também demonstra que os cidadãos europeus e a sociedade civil em geral acarinham valores europeus como a **solidariedade e a responsabilidade social**.

A elegibilidade das candidaturas está a ser verificada agora e os candidatos aceites serão avaliados e pré-selecionados por um comité de avaliação de quatro membros. O júri composto pelo presidente do CESE, pelos vice-presidentes, pelos presidentes dos grupos e pelo secretário-geral selecionará os vencedores finais. A cerimónia de entrega dos prémios terá lugar em **15 de dezembro de 2016**, em Bruxelas. (sma/dm)

NOTÍCIAS BREVES

Convidados na reunião plenária do CESE em outubro

No dia **20 de outubro**, às 10 horas, **Carlos Moedas**, o comissário europeu responsável pela Investigação, Ciência e Inovação, participará num **debate sobre o programa Horizonte 2020**, o maior programa de financiamento do mundo para investigação e inovação, no âmbito da adoção de um **parecer do CESE** sobre a sua **avaliação intercalar**, que terá início em breve e prevê-se que termine até ao final de 2017.



Os resultados da avaliação intercalar serão aproveitados para elaborar o próximo programa-quadro. A proposta emblemática de Carlos Moedas para a avaliação consiste na criação de um novo organismo de financiamento para apoiar a investigação aplicada – um Conselho Europeu de Inovação, à semelhança do Conselho Europeu de Investigação enquanto entidade bem-sucedida no financiamento de ciência básica de excelência. (dm)

Dinheiro, emprego e muito mais: o contributo da cultura para a Europa na perspetiva do CESE



Sabia que o património cultural e os setores afins empregam 7,8 milhões de pessoas na UE? Ou que os setores criativos e culturais cresceram 0,7% por ano no auge da crise? O CESE acaba de publicar uma ficha informativa sobre o papel da cultura na UE. Baseada num estudo realizado recentemente pelo Grupo dos Interesses Diversos do CESE, intitulado *Cultura, cidades e identidade na Europa*, a ficha informativa apresenta os dados mais recentes sobre o contributo dos setores criativos e culturais para a economia e o emprego na Europa e o seu potencial para um maior crescimento e criação de emprego. Ao mesmo tempo, fornece a receita do CESE para que os intervenientes culturais e os responsáveis políticos transformem a cultura num instrumento para promover a coesão social e a inclusão e para desenvolver uma identidade europeia estimulante numa União atingida pela crise.

Para obter uma cópia em papel da ficha informativa, contacte o Serviço de Imprensa do CESE (correio eletrónico: press@eesc.europa.eu) (dm)

A economia social ou colocar as pessoas à frente dos lucros

pelo Grupo dos Interesses Diversos

Em setembro, o presidente do Grupo dos Interesses Diversos, Luca Jahier, visitou a empresa social belga *Les Petits Riens*. A **economia social** é um contributo fundamental, embora pouco conhecido, para a nossa economia; com efeito, emprega mais de 14 milhões de cidadãos europeus, ou seja, 6,5% da população ativa. As empresas sociais como *Les Petits Riens* não são instituições de caridade: dão lucro como qualquer outra PME e contribuem diretamente para a criação de emprego e para o crescimento e prestam serviços extremamente necessários. No entanto, a diferença fundamental está no facto de terem como objetivo principal a ação social: seja nos serviços que prestam, seja nos métodos que utilizam. Para o Grupo dos Interesses Diversos, o setor tem uma enorme importância, bem como o potencial de prestar serviços aos cidadãos que o Estado



Luca Jahier, presidente do Grupo dos Interesses Diversos, com Julien Coppens, diretor da empresa Petits Riens

pode não conseguir prestar. Ao longo dos últimos 15 anos, o CESE contribuiu para o crescimento do setor, agindo diretamente no terreno e ajudando a formar alianças e a promover o intercâmbio de conhecimentos, não só entre as empresas da economia social na Europa, mas também nos países em vias

de desenvolvimento. O CESE promoveu também ativamente o setor junto das autoridades nacionais e europeias, explicando por que razão e de que modo deve ser moldado um enquadramento financeiro e legislativo de apoio. Criar oportunidades para os cidadãos, tratar do seu bem-estar e dar resposta aos desafios sociais e ambientais locais e às necessidades locais não satisfeitas – é este o objetivo! Não há dúvida de que o investimento social e a economia social são fatores multiplicadores do crescimento e de que este crescimento pode extrapolar as regiões para o nível nacional ou mais além. Conforme afirmou Luca Jahier, «vamos olhar para o futuro: um futuro de capacitação dos cidadãos, coesão, comunidades locais e solidariedade».

Para mais informações sobre o trabalho da Categoria da Economia Social do CESE, presidida por Alain Coheur (BE) e Krzysztof Balon (PL), membros do Grupo III, consultar <http://www.eesc.europa.eu/?i=portal.en.categories-social-economy>. (cl)

Notícias do Grupo dos Trabalhadores do CESE

Grupo dos Trabalhadores - Prioridades para a Presidência eslovaca pelo Grupo dos Trabalhadores

Em 12 e 13 de outubro de 2016, o Grupo dos Trabalhadores realizou uma reunião extraordinária em Bratislava. Entre os participantes contavam-se o primeiro-ministro da Eslováquia, Robert Fico, o ministro da Economia, Peter Žiga, e o ministro do Trabalho, Ján Richter, que sublinharam que a Presidência eslovaca se centraria em questões ligadas às condições económicas e sociais dos cidadãos europeus.

Um dos principais temas debatidos foi o futuro da construção europeia e o risco de um retrocesso nos resultados alcançados pela UE ao longo dos últimos 60 anos, designadamente em termos de direitos fundamentais. Este painel foi apresentado pelo presidente do CESE, Georges Dassis.

A segunda parte da reunião incidiu sobre a livre circulação dos trabalhadores e a luta contra o *dumping* social, um direito fundamental vigorosamente defendido pelo Grupo dos Trabalhadores. (mg)



A Europe that works for workers
Fair mobility and strong labour rights

Európa, ktorá funguje pre pracovníkov
Férová mobilita a silné práva pre pracujúcich

12-13/10/2016 | Bratislava | Workers' Group
Skupina Pracovníci

European Economic and Social Committee
Európsky hospodársky a sociálny výbor

Resposta solidária do Grupo dos Trabalhadores do CESE ao encerramento da fábrica da Caterpillar em Gosselies

Após 50 anos de presença em Gosselies (Charleroi), a empresa multinacional Caterpillar decidiu encerrar a sua fábrica. Como resultado, 2 200 trabalhadores foram despedidos e provavelmente cerca de 4 000 subcontratados estão em risco de perder os seus empregos. É um drama social sem precedentes para uma região em recuperação.

A empresa decidiu transferir as suas atividades para Grenoble, em França, e os trabalhadores franceses já manifestaram a sua solidariedade com os colegas em Charleroi, expressando ainda sérias preocupações quanto ao futuro dos seus empregos numa empresa movida unicamente pelo lucro e que optou claramente por defender os acionistas em detrimento dos trabalhadores.

Queremos também manifestar o nosso total apoio a todos esses trabalhadores, às organizações sindicais, aos políticos e aos investidores que se estão a mobilizar para assegurar um futuro para esta região já gravemente afetada pela crise que atirou uma região inteira para uma situação precária.



A conferência foi organizada conjuntamente pelo Grupo dos Empregadores e a União Nacional de Empregadores da Eslováquia

Economia circular – benéfica para todos

pelo Grupo dos Empregadores

A transição para uma economia circular é fulcral não só para preservar o nosso planeta, mas também para reforçar a competitividade da indústria europeia. Trata-se de um processo a longo prazo, que exigirá a concretização de inúmeras iniciativas a nível europeu, nacional e regional. As empresas consideram a economia circular uma oportunidade. Na verdade, a adoção de soluções ecológicas é benéfica não só para o ambiente, mas também para as empresas, proporcionando economias reais em matérias-primas, água e energia. Para além dos benefícios ambientais e económicos, a economia circular tem também

vantagens sociais, ao criar novos postos de trabalho e gerar novos modelos empresariais. Estas são algumas das conclusões da conferência «Indústria sustentável no contexto da economia circular», que teve lugar em 13 de setembro, em Košice, na Eslováquia. Košice foi escolhida como o local do evento precisamente porque a indústria local é um exemplo de transição eficaz para uma economia circular. A indústria siderúrgica, de grande importância para a região, já realizou inúmeros progressos na redução de resíduos, aumentando a utilização de matérias-primas recicladas e utilizando matérias-primas, energia e água de forma mais eficiente. Os membros do Grupo dos Empregadores puderam ver exemplos concretos durante a visita de estudo à fábrica da U.S. Steel Košice. (lj)

Presidente do CESE participa em conferência no âmbito do centésimo aniversário da OIT, em Atenas, e reúne-se com presidente do CES da Costa do Marfim, em Bruxelas

Em 17 de setembro, Georges Dassis interveio numa conferência internacional organizada em Atenas pelo Ministério do Trabalho, da Segurança Social e da Solidariedade Social da Grécia. O presidente do CESE participou numa mesa-redonda a convite do ministro do Trabalho da Grécia, Georgios Katrougkalos, que também moderou o debate. A conferência intitulada «A negociação coletiva no quadro do modelo social europeu e o futuro do trabalho» realizou-se no âmbito das comemorações do centésimo aniversário da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Em 20 de setembro, o presidente do CESE reuniu-se em Bruxelas com uma delegação do Conselho Económico e Social (CES) da Costa do Marfim, liderada pelo seu presidente, Charles Koffi Diby, e com o embaixador da Costa do Marfim junto da UE, Jean Vicente Zinsou.

Este intercâmbio frutuoso constituiu uma oportunidade para debater questões de interesse comum e levou à decisão de desenvolver atividades conjuntas. Georges Dassis sublinhou a disponibilidade do CESE para prestar aconselhamento ao CES da



Georges Dassis, presidente do CESE, a cumprimentar Charles Koffi Diby, presidente do CES da Costa do Marfim

Costa do Marfim sobre questões relativas ao seu funcionamento e partilhar a experiência do Comité no que diz respeito ao impacto dos conselhos económicos e sociais, de modo a tornar o seu trabalho em prol da sociedade civil tão eficaz quanto possível. (mm)

CESE Info em 23 línguas: <http://www.eesc.europa.eu/?i=portal.en.eesc-info>

Editor:

Alun Jones (editor-chefe)
Daniela Marangoni (dm)

Colaboraram nesta edição:

Caroline Alibert-Deprez (cad)
Chloé Lahousse (cl)
Daniela Marangoni (dm)
Leszek Jarosz (lj)
Margarita Gavanas (mg)
Margarida Reis (mr)
Milan Minchev (mm)
Sylvia M. Aumair (sma)

Coordenação geral:

Daniela Marangoni

Data do fecho desta edição:
13 de outubro de 2016

Endereço:

Comité Económico e Social Europeu
Edifício Jacques Delors, Rue Belliard, 99, B-1040
Bruxelas, Bélgica
Tel. +32 2 546.94.76
Fax: +32 2 546.97.64
Correio eletrónico: eescinfo@eesc.europa.eu
Sítio Internet: <http://www.eesc.europa.eu/>

O *CESE Info* é publicado nove vezes por ano, por ocasião das reuniões plenárias do CESE.

As versões impressas do *CESE Info* em alemão, inglês e francês podem ser obtidas gratuitamente junto do Serviço de Imprensa do Comité Económico e Social Europeu.

Além disso, o *CESE Info* encontra-se disponível em 23 línguas, em formato PDF, no sítio Web do Comité: URL: <http://www.eesc.europa.eu/?i=portal.en.eesc-info>

O *CESE Info* não pode ser considerado como o relato oficial dos trabalhos do CESE, que se encontra no *Jornal Oficial da União Europeia* e noutras publicações do Comité.

A reprodução, com menção do *CESE Info* como fonte, é autorizada (mediante envio de cópia ao editor).

Tiragem: 5 800 exemplares.

O próximo número sairá em dezembro de 2016.

IMPRESSO EM PAPEL 100% RECICLADO

Outubro de 2016 / 8



Serviço das Publicações